

Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), realizada em quatro de abril do ano em curso.

Às dezesseis horas do dia quatro de abril de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Aeyr Silva da Rocha, e com a ocupação da primeira Secretaria, pelo Vereador Marcos Valério Corrêa de Sant'Anna, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Lago Triz. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aires Berra de Figueiredo, Adailton Pinto de Andrade, Benildo Mota, Carlos Roberto Silva, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Félix da Costa Gomes, José Oscar Elias, Jânio dos Santos Mendes, Orlando da Silva Pereira, Valfredo dos Santos Silva e Walmir Rodrigues de Pacenda. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Reunião em nome de Deus. Logo após, o Senhor Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura da Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), realizada no dia dois de março. Após a leitura da Ata referendada, assim se pronunciou o Senhor Presidente Aeyr Silva da

Rocha: Antes de colocar em discussão a Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo, realizada em quatro de abril do ano em curso, assim se pronunciou o Senhor Presidente Ayr Silva da Rocha:<sup>7</sup> A Presidência vai solicitar a Secretaria reificação quanto a número de votantes, quando da chamada para votação do Projeto de Resolução nº 004/91. Votaram dezesseis Vereadores quanto ao Projeto de Resolução nº 004/91, e não dezessete como está registrado na Ata que acabou de ser lida pelo Senhor 1º Secretário, visto não ter respondido a chamada o Vereador Orlando da Silva Pereira. Assim, foi aprovado o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, acostado ao Projeto de Resolução nº 004/91 por doze votos a quatro. Foi rejeitado o parecer do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, sendo o parecer e processos arquivados. Colocada em discussão e votação a Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo foi aprovada por unanimidade, com a reificação solicitada pelo Senhor Presidente Ayr Silva da Rocha. Logo após, o Senhor Presidente solicitou ao Primeiro Secretário que procedesse a Leitura de EXPEDIENTE, que constou do seguinte: Ofício nº 130/91 do Exmº Senhor Prefeito Municipal, em resposta ao Requerimento nº 022/91 de autoria do Vereador Orlando da Silva Pereira e a Indicação nº 009/91, de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Paçada, Requerimento nº 037/91 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, certidão de inteiro teor do edifício que está sendo construído no campo do Mourá, entre os fundos da pa-

daria REHMAR e o valão do Braga; Indicação nº 030/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, a remoção de entulhos da Rua Marquês de Olinda; Indicação nº 031/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, a remoção de entulhos no morro do Bido; Projeto de Lei nº 013/91 - Mensagem Executiva nº 008/91 - Mensagem Executiva nº 008/91 - Assunto: Dispõe sobre as eleições para para as Funções de Diretores e Dirigentes de turno dos estabelecimentos de ensino da rede pública do Município de Lago Triso. Terminada a leitura do EXPEDIENTE, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado para o uso da Tribuna. Fêz uso da Tribuna como primeiro orador inscrito o Vereador Jânio dos Santos Mendes, registrando sua participação em reunião no Município de Saquarema, com a presença dos Prefeitos de São Pedro de Aldeia, Araxá, Saquarema, Magé, Nova Triburgo, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Rio Bonito. Disse que o objetivo da reunião fora a de fundar a Associação dos Municípios do Centro Oeste Fluminense, buscando de início a elaboração de documento conjunto a ser encaminhado ao Governador Nelson Brizola e também ao Governo Federal. Disse adiante que o documento registrava as carências e prioridades de tais municípios, salientando o grande interesse dos Administradores na busca de soluções para os seus Municípios, lamentando a ausência do Prefeito de Lago Triso. Um dos pontos mais discutidos na reunião segundo o orador, dizia respeito a viabiliza-

são de convênios entre os Municípios do Centro  
 Oeste, tendo sido possível aos Municípios de  
 Casimiro de Abreu a celebração de acordo para  
 a construção de Escolas e Postos de Saúde nas  
 regiões limítrofes, o que considerou altamente po-  
 sitivo. Disse que a Estrada Serra Mar foi alvo  
 de grandes debates, ficando acertado que a im-  
 portante via, de integração entre os Municípios  
 seria iniciada com recursos próprios, com as pre-  
 feituras dividindo os custos e percursos a serem  
 construídos, o que dava uma dimensão da  
 importância da reunião. Falou também da abor-  
 dagem quanto a situação dos Municípios do in-  
 terior, após a fusão, quando apenas seis por  
 cento dos recursos estaduais eram aplicados, fi-  
 cando a maior parte para a capital e Muni-  
 cípios próximos, o que sem dúvida acarretava  
 o progressivo empobrecimento de cidades mais  
 distantes, sem qualquer força política. Adiante,  
 disse que na reunião de Saquarema ficara  
 patente a necessidade da interiorização do  
 desenvolvimento e que a união dos Muni-  
 cípios em referência era o primeiro passo.  
 Disse também ter ficado acertado que em  
 próxima reunião seriam convidadas as Câ-  
 maras Municipais, quando então as questões  
 seriam discutidas em maior profundidade.  
 A seguir, abordou Mensagem Executiva e ane-  
 xo Projeto de Lei, dispendo sobre eleição de Dire-  
 tores de Escolas da Rede Municipal de Ensino,  
 deixando apelo aos membros da Comissão de  
 Constituição, para que o documento fosse ampla-  
 mente discutido e como Professor podia afirmar  
 que o BEPE estava disposto ao diálogo para que

se houvesse necessidade e mesmo fosse aperfeiçoado, buscando a democratização definitiva das administrações das Escolas Municipais, no que encerrou sua fala. A seguir ocupou a tribuna o Vereador Walmir Rodrigues de Paes-da, dizendo de sua satisfação ao ouvir o pronunciamento do Vereador Jânio dos Santos Mendes quanto a conscientização das lideranças políticas do interior do Estado, e que era a única forma dos Governantes serem sensibilizados. Falou a seguir de sua participação no II Seminário Nacional de Vereadores realizado em Brasília, dizendo que o evento fora limitado quanto ao número de Vereadores, mas que mesmo assim fora bastante produtivo. Disse ter percebido no Seminário, o que faltava aos Vereadores aos órgãos da esfera federal, e que assim sendo os Municípios ficavam a margem do que ocorria no poder central, afirmando que muita coisa ainda estava por ser descoberta sendo imperativo que fosse criada uma forma de encontrar a distância política. Disse que tivera a oportunidade de falar sobre a reabertura de Cassinos, percebendo no entanto que o tema não era importante para grande parte dos presentes, não por falta de interesse, na medida em que percebera que em Brasília a reabertura dos Cassinos era um fato consumado, mas, que atendia a poucos municípios, e mais, que estava sendo elaborado um projeto a ser apreciado no Congresso, sobre turismo, e no seu bojo estava a liberação dos Cassinos. Disse que em outra abordagem, no te

ma livre, falara sobre critérios de pagamento de Royalties<sup>†</sup> do petróleo, citando o caso de Cabo Frio, quando no dia nove de janeiro de mil novecentos e noventa, fizera um Requerimento ao IBGE, indagando qual a população de Cabo Frio à época. Disse que em resposta ao seu Requerimento o IBGE respondera que a população de Cabo Frio atingia setenta e seis mil habitantes, e que reiterando o seu Requerimento o Instituto respondera que a população de Cabo Frio era de sessenta e cinco mil habitantes, o que era uma incongruência, significando que haviam desaparecido de Cabo Frio cerca de onze mil pessoas, em curto espaço de tempo, ou seja uma média de trinta e tres pessoas por dia sumindo do Município, inclusive não nascendo ninguém. Disse que embora respeitasse o IBGE, um órgão sério, a informação era por estimativa e que não aceitava, visto ser uma suposição, e o que causava sérios prejuízos aos Municípios beneficiados com os Royalties<sup>†</sup>. Preterindo, disse que em agosto a Câmara aprovara Requerimento de sua autoria, sugerindo ao Presidente do IBGE, que o censo demográfico fosse realizado junto com o censo econômico, ou seja, de cinco em cinco anos, por entender que a defasagem era muito grande, e informações distorcidas. Disse que em resposta ao Requerimento o Instituto informava estar tramitando na Câmara Federal Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ricardo Jiliza, propondo exatamente o que sugerira, e que assim sendo em Brasília procurara o Deputado, e que no seu Gabinete o Parlamentar mostrara que o Projeto estava engavetado na Comissão de Cons-

tituição e justiça, por interesse até da ONU, que não aceitava que as populações do terceiro mundo estivesse atualizadas, e que muitos repasses de organismos internacionais era em função da densidade demográfica. Disse que diante de tal quadro resolveria fazer contato com representantes de Câmaras de Municípios produtores de petróleo no Estado, sugerindo que fosse criada uma Comissão sem cor política para acompanhar os critérios de aplicação dos <sup>5</sup>royalties e dados estatísticos do IBGE, questionando o órgão, mas procurando mostrar a preocupação dos Municípios e a necessidade de mudança em tais critérios, no que encerrou sua fala. Não havendo mais Vereadores para fazer uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos para a "ORDEM DO DIA", quando então o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos levantou Questão de Ordem com o seguinte teor: "Senhor Presidente, salvo engano, haviam outros oradores inscritos na Sessão anterior e que não puderam fazer uso da palavra, mas que pelo Regimento Interno continuam inscritos". Em resposta a Questão de Ordem levantada pelo Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, disse o Senhor Presidente Ayr Silva da Rocha: "Vossa Excelência está correto, procede a Questão de Ordem. O Ilustre Vereador, se assim o desejar, poderá fazer uso da Tribuna, dispondo do tempo de vinte minutos, com as exusas da Presidência". Agradecendo ao Presidente, o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, disse que parecia estar se transformando em lugar comum na Casa, Vereadores ocuparem a

Assim 71

Tribuna e discursarem sobre as mazelas do Município, e como na última segunda-feira, tive-na a oportunidade de percorrer grande parte do Município, e na última Sessão não fizera uso da palavra, cabia no momento relatar um pouco do que considerava uma tragédia Calofoiense. Disse que tentara entrar na localidade de Gargoa e não conseguira visto não ter um barco, a comunidade do Araçá estava há sete dias sem ônibus, a estrada de Búzios não tinha mais pista e sim uma sucessão de crateras, o mesmo ocorrendo em Lem Bracões em Manguiños praticamente isoladas por causa das chuvas. Disse que o conserto que haviam feito na Estrada da Raza, onde a água atravessava por cima do leito, mostrava claramente a incompetência do Governo, pois de nada valera a obra. Prossequindo, disse que além das localidades periféricas, parecia que Calo Frio, no seu perímetro urbano havia sido alvo de um bombardeio, como o Iraque na Guerra do Golfo e faltando um ano e seis meses para a nova eleição, por um lado era motivo de fundadas esperanças para o Dr. Ivo ir embora, mas causava também preocupação, pois se o Prefeito ao longo do seu mandato conseguira ser uma (briosa) de milho destruindo o Município, o que se poderia esperar do Prefeito em final de mandato. Prossequindo, disse que mesmo o Prefeito resolvendo trabalhar corretamente, por certo não conseguiria recuperar tanta coisa destruída em cerca de um ano e meio, e assim não podia falar em obras de infraestrutura. Disse que o que se via eram carros oficiais sendo usados para atender a particulares, a co

munidade de Betafogo ainda sem a sua ambu-  
lância, o mesmo ocorrendo com o Aracá, entre ou-  
tros absurdos, e assim convidava aos Vereado-  
res para uma reflexão, principalmente os de Go-  
verno, pois faltava um ano e meio para o man-  
dato do Prefeito terminar, e assim sendo, devi-  
am largar o barco do governo Ivo Saldanha,  
pois já havia naufragado, e que assim sendo  
era imperativo indagar, o que valia mais,  
um emprego na mão de Cabo Ivo voando, no  
que encerrou sua fala. Logo após a Questão  
de Ordem levantada pelo Vereador Carlos Robe-  
rto Nogueira dos Santos, o Senhor Presidente deu  
continuidade aos trabalhos dedicados a ORDEM  
DO DIA. Foi encaminhado à Comissão de Consti-  
tuição e Justiça o Projeto de Lei nº 13/91. Men-  
sagem Executiva nº 008/91, dispondo sobre as elei-  
ções para as funções de Diretores e Dirigen-  
tes de Turno dos Estabelecimentos de Ensino  
da Rede Pública. Foi aprovada a Indicação nº 30/91  
de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Soar-  
da. Aprovado o Requerimento nº 37/91 de autoria  
do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos. En-  
cerrado o segmento dedicado a ORDEM DO DIA, o  
Senhor Presidente comunicou ter a Câmara re-  
cebido através de Mensagem do Senhor Pre-  
feito Municipal o Plano Diretor do Município.  
A seguir, o Senhor Presidente liberou a Tri-  
buna para EXPLICAÇÃO PESSOAL. Ocupou a Tribuna  
o Vereador Félix da Costa Gomes, que inicial-  
mente reiterou críticas ao que considerava  
desmandos do Administrador do 3º Distrito, Se-  
nhor Wilmar Mureb, e mais, que tantas vezes  
ocupara a Tribuna para alertar ao Prefeito que

July 27 72

no momento ele parecia que os seus alertas não chegavam ao Prefeito ou então existia a conivência. Disse que concordava quando diziam que o povo labofriense era muito paciente com o Prefeito, aduzindo que tal sentimento não calia mais na comunidade de Búzios, e que assim sendo a revolta era latente. Disse também, que o Administrador de Búzios desafiava a opinião pública de Búzios ao assumir compromisso com uma firma para permitir uma construção em Praça Pública ferindo o ambiente e tirando o direito ao lazer da comunidade, culminando com a demolição da obra, através do povo e posteriormente com o Secretário de Administração tentando reerquer a tal obra e mais uma vez sendo a obra demolida pelo povo revoltado com mais uma agressão do Administrador. Disse que embora sendo requisitada a ação policial, através de um Assessor de nome Ismael, a autoridade não deu ouvidos, pois já sabia da disposição da comunidade, rejeitando uma negociação envolvendo dinheiro. Lamentou a seguir, que a comunidade de Búzios não tivesse conseguido sensibilizar o Senhor Prefeito, e assim Búzios era uma triste imagem de uma Administração que não respeitava a vontade popular. Prosseguindo, disse que o Administrador de Búzios estava sendo orientado pelo ex-Vereador Octávio Raja Gabaglia que destruiu o Governo do Senhor Alair Corrêa em Búzios. Adiante, disse que na obrigação de ser um político decente sempre orientara ao Governo de Alair Corrêa, que lamentavelmente nunca o ouvia, e que o mesmo quadro se repetia com o Governo do Prefeito Ivo Saldanha. Lembrou que

fora através da violência protegido pela polícia, que o Senhor Otávio Raja Gabaglia havia invadido as terras de um cidadão e da mesma forma construíra o Condomínio da Ferraduxinha, expulsando antigos moradores, como o Senhor Anastácio. Disse ter tomado conhecimento que o Administrador Wilmar Mureb, havia enviado o ofício ao Secretário de Governo do Município, um Coronel aposentado, no sentido de que o aparato da Polícia Militar estivesse sempre presente em Búzios, protegendo uma obra ilegal. Dando prosseguimento, disse que estava sendo encaminhado ao Executivo, apelo no sentido de que fosse atendido o 3º Distrito em suas prioridades básicas, não com uma obra ilegal em Praça Pública, mas sim com obras de urbanização e saneamento. Encerrando dirigiu apelo a Casa, buscando sensibilizar o Senhor Prefeito Municipal e que providências sérias e responsáveis fossem adotadas no 3º Distrito, buscando também preservar a dignidade do povo de Búzios. A seguir fez uso da palavra o Vereador Orlando da Silva Pereira, que dirigiu críticas a PROCAF, na figura do Senhor Carlos, por não ter atendido o seu apelo no sentido de que fosse restaurado o calçamento da Estrada dos Passageiros, na altura da Boca do Mato, grandemente prejudicado em função das chuvas, e que assim sendo, os paralelos estão amontoados, e um grande buraco impede que os ônibus trafiquem com passageiros, que são obrigados a saltarem para que o veículo ultrapassasse o obstáculo, o que era lamentável e um verdadeiro absurdo. Disse que por

uma ironia existe uma placa da Prefeitura, anu-  
 ciando o calçamento da Estrada de Boca do Mato,  
 mas na realidade estava a obra paralizada há  
 mais de tres meses. Prosseguindo, disse que o Goves  
 no Municipal estava sendo caracterizado por  
 um grande número de placas indicando obras,  
 mas nada de positivo era realizado para infelici-  
 dade do povo cabofriense, encerrando a seguir sua  
 fala. Após a fala do Vereador Orlando da Silva  
 Pereira, o Vereador Jânio dos Santos Mendes, arguindo  
 "Pela Ordem", dirigiu-se ao Senhor Presidente Ayr  
 Silva da Rocha, dirigindo pleito no sentido de  
 que fosse registrada em Ata a criação da, DIBO  
 da Secretaria Extraordinária para Assuntos da  
 Raça Negra, por ato do Governador Leonel de Moura  
 Brizola, o que considerava um avanço e um  
 gesto de justiça para a questão negra no Esta-  
 do. Não havendo mais oradores para fazer uso  
 da palavra em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Presiden-  
 te encerrou a presente Reunião em nome Deus,  
 marcando uma próxima para o dia nove de  
 abril do ano em curso. E para constar, mandou  
 que se lavrasse a presente Ata, que depois de  
 lida, submetida à apreciação Plenária, será  
 assinada para que produza seus efeitos legais.

deputado  
 José Jurel  
 José Jurel